AUDIMEC
AUDITORES INDEPENDENTES

## CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – CRP/PA-AP

# RELATÓRIO DE AUDITORIA ACERCA DO ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS E ASPECTOS MAIS RELEVANTES DO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2021 DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 10ª REGIÃO – CRP 10

**Aos Ilmos.(as) Srs.(as)**
**Presidente(a) e Diretores(as) Executivos(as) do**
**CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – 10ª REGIÃO/PA**
**Administração Regional de Belém - CNPJ: 37.115.540/0001-20**
Av. Generalíssimo Deodoro, 511. Umarizal.
Belém-PA.

Ref.: Relatório de Auditoria Forma Longa do Conselho Regional de Psicologia da 10ª Região – CRP 10.

Prezados Senhores,

Havendo concluído nesta data o estudo e avaliação dos controles internos adotados pelo **CRP 10** acerca dos itens mais relevantes do ponto de vista de exposição ativa ou passiva, indispensável à formação de nossa opinião inerente à fidedignidade e tempestividade dos registros dos atos e fatos contábeis em 2021, queremos:

Informar que nosso trabalho é composto por macro atividades, subdivididas em trabalho de campo e de escritório (na proporção de 70%x30%), o qual foi iniciado pela definição da equipe de auditores com experiência em trabalhos correlatos e de mesma complexidade, e da avaliação de possíveis ameaças a independência em decorrência de conflitos éticos preconizados nas NBC PA's, e prosseguindo mediante o planejamento geral do trabalho determinado nas NBC TA's 300 a 330, efetuado através de: (A) Aplicação do Questionário de Avaliação de Riscos e Realização de Entrevistas com a Governança Coorporativa e de Tecnologia da Informação ligados aos macroprocessos que originam ou consomem caixa ou equivalentes; (B) Análise dos Melhores Referenciais elegíveis para fixar Materialidade Individual e Coletiva no Trabalho e (C) Respostas do Auditor com Procedimentos para Mitigação dos Riscos. Tudo planejado de modo a viabilizar o melhor desempenho da equipe durante a execução das atividades de estudo e avaliação dos controles internos o qual será o fundamento para fixação da extensão e profundidade do procedimento de auditoria bem como da melhor oportunidade e circunstância a ser aplicado.

Enfatizar que o relatório anexo preconizado no Termo de Referência integrante do Edital de Pregão Eletrônico, é o resultado de exames procedidos por amostragem e que por isso mesmo não tem a finalidade nem a pretensão de arrolar falhas individuais ou institucionais, mas tão somente destina-se a sinalizar para Diretoria a necessidade de aprimoramento em algumas áreas ou procedimentos, visando a tornar, as informações contábeis aptas ao arrimo das decisões gerenciais, e não apenas um documento de cunho burocrático, para aferir, após termo, o desempenho de uma gestão.

Patentear nossa gratidão pela total cooperação recebida indistintamente de todos os setores e colaboradores que nos propiciaram acesso às imprescindíveis informações, sem as quais não lograríamos êxito em nosso intento.

**AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S**
CRC/PE 000150/O
**Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira**
Contador - CRC/PE 010483/O-9

# Índice


**1. INTRODUÇÃO ..... 3**

1.2 METODOLOGIA ..... 4
1.3 TÉCNICAS DE ABORDAGEM ..... 4
1.4 FONTES DE INFORMAÇÃO ..... 4
1.5 ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS ..... 5
1.6 PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA APLICADOS ..... 6

**2. RESULTADO DAS ANÁLISES DE AUDITORIA ..... 7**

2.1 MELHORIA NA ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS ..... 8
2.2 MATRIZ DE RISCO ..... 9
3. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS ATIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETO AS MESMAS ..... 10
4. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS PASSIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETOS AS MESMAS ..... 13
5. SUPRIMENTOS DE FUNDOS E DESPESAS GERAIS DE DESLOCAMENTOS ..... 16
6. DIÁRIAS E JETONS ..... 16
7. DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS ..... 17
8. LICITAÇÕES ..... 18
9. OUTROS ASSUNTOS ..... 19
10. CONCLUSÃO ..... 20

## 1. INTRODUÇÃO

Este relatório tem por finalidade precípua comunicar a Diretoria do **Conselho Regional de Psicologia – CRP PA**, acerca dos resultados alcançados no trabalho de estudo e avaliação dos controles internos, notadamente na área contábil, portanto aludido relato consigna informações decorrentes do exame realizado mediante análises e verificações que efetuamos no Exercício Social de 2021, cujo trabalho foi efetuado por Contadores com experiência específica em auditoria de Conselhos de Fiscalização Profissional com personalidade jurídica de direito público, regidas pela lei 4.320/64, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, observando rigorosamente ao que preceitua a Resolução CFC n˚ 821/1997, e seguintes que aprovaram as Normas Brasileiras de Contabilidade – Profissionais em Auditoria - NBC PA.

Todo o trabalho foi planejado e efetuado consoante as Normas Brasileiras de Contabilidade, mediante metodologia e procedimentos de auditoria preconizados nas Resoluções de n˚s 1.203 a 1.235 que aprovaram as Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis NBC TA, com nova estrutura determinada pela resolução nº 1.328 editada em 18/03/2011 pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Iniciamos nosso serviço, através do planejamento do trabalho, fixamos o escopo, procedemos ao estudo e avaliação dos controles internos em uso, e com base no grau de credibilidade que atribuímos aos mesmos, pudemos estabelecer a oportunidade, a extensão e a profundidade dos procedimentos de auditoria a serem aplicados. Por amostragem estratificada cientificamente, efetuamos testes de substância e de observância, os quais implicaram na validação dos saldos e na revisão analítica de seus negócios e operações, dentre tantos outros procedimentos desenvolvidos, sem que nenhum óbice ou restrição, tenham sido impingidas à consecução dos mesmos, cuja síntese dos fatos mais relevantes e algumas sugestões de aprimoramento aos controles internos, e identificando as áreas susceptíveis e que apresentam riscos relativos atribuídos a partir da “matriz de risco” decorrente da análise vertical do balancete patrimonial encerrado em 31 de dezembro do exercício sob exame.

Os sistemas contábeis e de controles internos, embora sendo de responsabilidade da administração da Autarquia auditada, dentro de um cronograma de trabalho antecipadamente estabelecido, foram por nós analisados e, sempre que julgado necessário indicamos sugestões objetivas para seu aperfeiçoamento ou implantação. Como procedimentos primordiais de evidenciação da auditoria, verificamos a eficácia, eficiência e efetividade dos sistemas e subsistemas de controle interno bem como a segurança e confiabilidade das transações representadas na sistemática contábil.

## 1.2 METODOLOGIA

A concepção de um Plano de Auditoria tecnicamente otimizado, pressupõe um planejamento detalhado, consistente na programação e execução de exames adequados de auditoria, os quais dependem do grau de entendimento que se tem das atividades-meio e atividades-fim, bem como do perfeito conhecimento da estrutura organizacional e societária de entidade a ser auditada.

O Programa Padrão de Auditoria que atualmente norteia o planejamento de nossos serviços é o resultado de mais de 40 anos de experiência e aprimoramento profissional bem como do foco na legislação pertinente à matéria, principalmente no que tange as Normas Brasileiras de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis (NBC-TA, preconizadas em 33 Resoluções do CFC de nºs 1.203 a 1.235/2009) e Normas Profissionais de Auditoria Independente (NBC-P-1 aprovada pela resolução nº 821/97) reconhecidas no meio profissional de auditoria como principal referência doutrinaria.

## 1.3 TÉCNICAS DE ABORDAGEM

Nossos trabalhos foram conduzidos através da NBC TA 530 – Amostragem em Auditoria, com a finalidade de racionalizar e dar maior efetividade a metodologia a ser utilizada. Dentre nossa abordagem podemos destacar a "Amostragem Sistemática Específica" que é uma técnica não estatística determinativa da seleção de uma quantidade de registros a serem selecionados e analisados, bem como o intervalo da seleção; a de "Seleção de Auditoria" que determina quantos registros serão selecionados e os números aleatórios aos quais devem estar associados; a de "Amostragem por Funções e Atributos" na qual os itens são selecionados a partir da pesquisa sobre a presença de determinados atributos e, finalmente, a de "Amostragem Através de Unidades Monetárias" onde é estabelecido o mínimo de valores de itens monetários em relação à sua totalidade dentro de um risco cabível e grau de confiabilidade desejado.

## 1.4 FONTES DE INFORMAÇÃO

Nosso trabalho foi exclusivamente desenvolvido com base nas informações e documentos fornecidos pelo Conselho. Portanto, a existência de outros documentos e/ou informações, que porventura não tenham sido fornecidas podem alterar as conclusões constantes neste relatório.

Destacamos que este relatório não suporta qualquer representação judicial ou prova perante terceiros. As informações constantes neste relatório destinam-se aos administradores da Autarquia contratante, sendo preconizada a sua confidencialidade, não podendo ser utilizado por terceiros sem a prévia anuência formal da **AUDIMEC**.

## 1.5 ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS

Os controles internos de uma entidade são um conjunto de normas, procedimentos, métodos e critérios adotados para salvaguardar seus ativos, e quantificar e qualificar seus passivos com relativa exatidão, visando à promoção da confiabilidade e tempestividade dos seus registros contábeis a serem consignados em suas Demonstrações Contábeis, bem como de assegurar sua eficiência, eficácia e efetividade operacional na direção da tão almejada economicidade.

Desta forma, todo bom trabalho de auditoria deve iniciar-se pelo estudo e avaliação dos controles adotados pela entidade, a fim de que com base no grau de credibilidade e segurança proporcionado por eles, possamos estabelecer a profundidade e extensão dos procedimentos de auditoria a serem aplicados bem como a ocasião mais propícia para sua aplicação.

### ÁREAS DE MAIOR SUSCETIBILIDADE

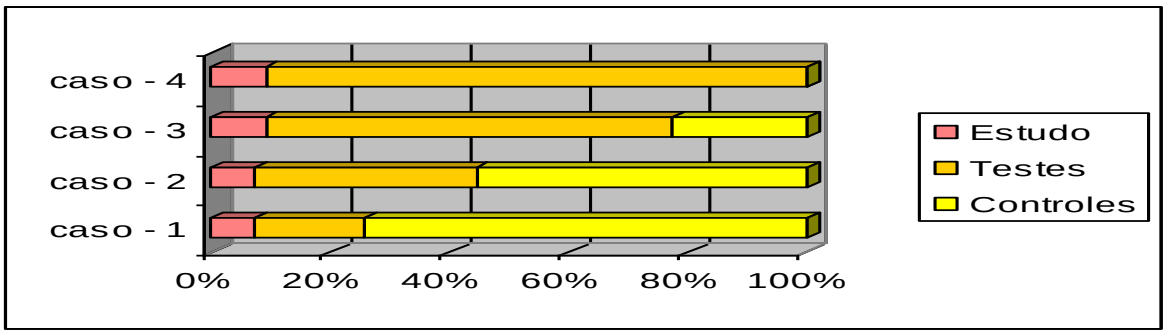
Este é o primeiro subproduto gerado pelo estudo e avaliação dos controles internos, e consistiu basicamente em uma relação contendo áreas de maior risco operacional e volume quantitativo e qualitativo de transações do ponto de vista de exposição ativa e passiva.

Todo o planejamento do trabalho e dos procedimentos de auditoria aplicados foi respaldado nestas áreas chaves, ou pontos de maior risco, visando à racionalização dos testes em prol do bom senso e esmero profissional que perseguimos.

### AMPLITUDE DA AMOSTRAGEM

Os testes de amostragem são um conjunto de técnicas que nos permitem obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis sob exame e abrangem testes de observância e de substância, os quais foram aplicados de conformidade com os resultados do Estudo e Avaliação dos Controles Internos, de forma inversamente proporcional.

**Gráfico de Estudo e Avaliação dos Controles Internos:**




Assim sendo quanto maior o grau de credibilidade atribuído aos controles internos; menor foi a profundidade da amostragem efetuada, e vice-versa.

**TIPOS DE TESTES IMPLEMENTADOS**

✓ **Testes de Observância:**

Os testes de observância visam à obtenção de uma razoável segurança de que os controles internos previamente estudados e avaliados estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos funcionários e diretores da entidade auditada.

✓ **Testes de Substância:**

Os testes de substância nos permitem evidenciar a suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas, contábil e administrativo, os quais se subdividem em teste de transação e saldos, e procedimentos de revisão analítica.

## 1.6 PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA APLICADOS

**Auditoria das demonstrações contábeis/orçamentária:**

- Circularização de saldo e/ou operações com terceiros (advogados, registrados, fornecedores, banco, etc);
- Revisão analítica das demonstrações contábeis;
- Discussões sobre contingências e análise de eventos ou transações relevantes e seus efeitos nas demonstrações contábeis;
- Revisão dos cálculos e valores das cotas transferidas ao Conselho Federal e Regionais;
- Revisão analítica mensal dos valores contábeis relativos às contas patrimoniais, de superávit e déficit.
- Teste de adições e baixas do ativo permanente;
- Verificação dos registros contábeis de acordo com o regime de Exercício, conforme artigo 35 da Lei n.º 4.320/64;
- Entrevistas com dirigentes e funcionários das áreas administrativas e operacionais do Sistema CFP/CRP;
- Verificação da liquidação subsequente (pagamentos e recebimentos);
- Análise da adequação dos procedimentos contábeis em conformidade com a Lei n.º 4.320/64 e instruções emanadas pelo Tribunal de Contas da União em seus diversos acórdãos (Instrução Normativa – Tribunal de Contas da União n.º 63 de 01/09/2010);
- Análise dos saldos na data base, para determinar sua razoabilidade quanto à origem e composição e se estas têm relação com as atividades que constituem os objetivos do Sistema CFP/CRP.
- Teste documental das contas de despesas que não se correlacionam com as contas patrimoniais – teste de voucher, por exemplo – análise da documentação suporte,
- Exame de relatórios existentes;
- Acompanhamento de ações relativas ao encerramento do exercício, bem como os procedimentos legais inseridos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP;

- Verificação da documentação suporte;
- Verificação se os procedimentos dos registros contábeis atendem aos Princípios Fundamentais de Contabilidade e legislação aplicável;
- Verificação se os procedimentos contábeis de encerramento do exercício apresentam fidelidade e consonância com os registros das demonstrações contábeis mensais;
- Exame de conciliação das contas; Exame do balanço patrimonial e de suas demonstrações complementares, a fim de observar às normas legais e às principais técnicas na sua elaboração;
- Revisão das conciliações das contas;
- Verificação dos controles existentes;
- Revisão dos saldos finais;
- Análise dos saldos visando determinar sua razoabilidade quanto à origem e composição.
- Outros procedimentos complementares que são necessários para análise e verificações das informações Contábeis/Orçamentárias.

**Planejamento de Ações e Metas (Auditoria de Gestão)**

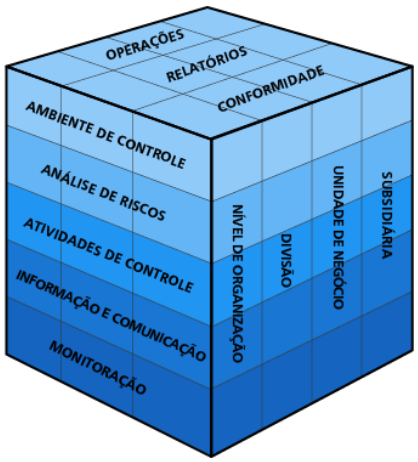
- Verificação da execução do planejamento de ações e metas, no intuito de verificar se a execução financeira é correspondente ao planejamento anual;
- Verificação das alterações do planejamento se estão de acordo com a Proposta Orçamentária;
- Verificação dos relatórios de acompanhamento das ações planejadas, feitos pela diretoria e coordenadores de comissões dos Conselhos;
- Avaliação quantitativa e qualitativas da gestão.
- Outros Procedimentos complementares que são necessários para análise e verificações das informações da auditoria de gestão.

## 2. RESULTADO DAS ANÁLISES DE AUDITORIA

Como resultado dos nossos trabalhos de auditoria, planejado e executado em consonância com o escopo e abrangência dos trabalhos preconizados no Termo de Referência, Anexo I ao Edital, adaptamos o Programa Padrão de Auditoria, sendo que apresentamos a seguir os pontos identificados.

## 2.1 MELHORIA NA ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS

Segundo o COSO, controle interno é um processo constituído de 5 elementos, que estão inter-relacionados entre si e presentes em todos os níveis da organização com foco em três objetivos: operacionais, assegurar relatórios financeiros confiáveis e assegurar conformidade legal/regulatória. Os 5 elementos são:




- Ambiente de Controle
- Avaliação e Gerenciamento dos Riscos
- Atividade de Controle
- Informação e Comunicação
- Monitoramento

O CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 10ª REGIÃO (CRP-10) é uma autarquia federal sem fins lucrativos, de interesse público, com poder delegado pela União para normatizar, orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício e as atividades profissionais no estado do Pará, em defesa da sociedade.

A partir desse preâmbulo acerca de sua implementação e das especificidades locacionais a que está submetido, é possível ter noção da complexidade em se implementar uma estrutura de controle interno que atenda em sua plenitude os elementos que constituem o processo.

Não obstante os desafios que se apresentam, a partir da análise das informações repassadas, bem como do entendimento acerca dos procedimentos adotados pelo Conselho, com base tanto na análise documental, quanto em reuniões com a equipe de gestão dos departamentos, pudemos avaliar o nível de controle interno aplicado.

Nessa senda, o grande desafio que se apresenta ao Regional é buscar desenvolver desde já uma cultura organizacional de excelência, focada em entregar às partes interessadas um produto ou serviço de alto valor agregado, prezando sempre pelos princípios que regem a administração pública.

Assim, é imperioso que a governança da autarquia implemente e desenvolva ações efetivas para, a partir de mapeamento dos processos inerentes à atividade do Conselho, se busque identificar os riscos a que se está submetido, a fim de que sejam implementadas ações de controle que visem a mitigar a probabilidade desses riscos se materializarem e garantam o alcance dos objetivos estratégicos por parte do Regional.

## 2.2 MATRIZ DE RISCO

A partir de uma análise da relevância dos saldos contábeis levantados em 2021, sob exame, bem como da análise dos relatórios existentes, elegemos as áreas de maior risco operacional e volume quantitativo e qualitativo (análise horizontal) de transações, e de proporção dos saldos (análise vertical) do ponto de vista de exposição ativa.

Tal procedimento resulta da análise vertical e horizontal procedida que apresentamos de forma sintética, visando a melhor elucidação das considerações tecidas acerca dos dados coligidos e consequentemente da "matriz de risco" considerada a partir de tais informações, conforme exemplificado abaixo:

| CRITÉRIOS DE IMPACTO |
|---|
| Orçamentário |
| Fiscal |
| Estratégico |
| Reputação |
| Integridade |
| Operacional |
| Gestão |
| Regulação |
| Processos |
| Licitações |
| Recursos Humanos |
| Contábil |
| Serviços |
| Fornecedores |
| Despesas |
| Receitas |

| IMPACTO | | |
|---|---|---|
| | Grande | 5 |
| | Relevante | 4 |
| | Moderado | 3 |
| | Pequeno | 2 |
| | Insignificante | 1 |

**Matriz de Riscos**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 5 | 10 | 15 | 20 | 25 |
| 4 | 8 | 12 | 16 | 20 |
| 3 | 6 | 9 | 12 | 15 |
| 2 | 4 | 6 | 8 | 10 |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Rara | Improvável | Possível | Provável | Quase certo |
| < 10% | >=10%<= 30% | >30%<= 50% | >50%<= 90 | >90% |

PROBABILIDADE

**Escala de Nível de Risco**

| Níveis | Pontuação |
|---|---|
| RC - Risco Crítico | 13 a 25 |
| RA - Risco Alto | 7 a 12 |
| RM - Risco Moderado | 4 a 6 |
| RP - Risco Pequeno | 1 a 3 |

| Risco de Exposição e Variação | | |
|---|---|---|
| **Numérica** | **Descritiva** | **Impacto** |
| **1% a 10%** | Risco Baixo | Os riscos possuem consequências pouco significativas, reversíveis em curto e médio prazo com impactos pouco significativos; |
| **11% a 20%** | Risco Relativo | Os riscos possuem consequências reversíveis em curto e médio prazo com impactos baixos; |
| **> 20%** | Risco Alto | Os riscos possuem consequências reversíveis em curto e médio prazo com impactos altos, irreversíveis ou com custos inviáveis. |

# 3. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS ATIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETO AS MESMAS

## 3.1. ATIVO CIRCULANTE

O ativo circulante representa **69,15%** do saldo total do ativo recebendo atributo de "alto risco" sob o ponto de vista de exposição ativa, apresentando uma variação positiva de **R$ 391.977,34,** equivalentes a **10,39%** de aumento em relação ao exercício anterior, portanto apresentando um "alto risco" do ponto de vista quantitativo, mas com uma variação horizontal pouco expressiva. Referido grupo do ativo, congrega os seguintes subgrupos:

| ATIVO | SALDOS | | | | Variação 2021x2020 | | RISCO DE EXPOSIÇÃO | RISCO DE VARIAÇÃO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Especificação | Exercício Atual (R$) | A/V (%) | Exercício Anterior (R$) | A/V (%) | R$ | A/H (%) | < A/V > | < A/H > |
| **ATIVO CIRCULANTE** | 4.165.409,71 | 69,15 | 3.773.432,37 | 65,69 | 391.977,34 | 10,39 | Alto | Relativo |
| **CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA** | 2.746.971,39 | 45,60 | 2.056.669,36 | 35,80 | 690.302,03 | 33,56 | Alto | Alto |
| **CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL** | 2.746.971,39 | 45,60 | 2.056.669,36 | 35,80 | 690.302,03 | 33,56 | Alto | Alto |
| DISPONIVEL | 211.544,51 | 3,51 | 165.922,53 | 2,89 | 45.621,98 | 27,50 | Baixo | Alto |
| DISPONIVEL APLICAÇÕES FINANCEIRAS | 2.535.426,88 | 42,09 | 1.890.746,83 | 32,91 | 644.680,05 | 34,10 | Alto | Alto |
| **CRÉDITOS A CURTO PRAZO** | 1.316.654,19 | 21,86 | 1.632.562,36 | 28,42 | -315.908,17 | -19,35 | Alto | Relativo |
| **CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER** | 2.053.032,03 | 34,08 | 2.405.507,01 | 41,88 | -352.474,98 | -14,65 | Alto | Relativo |
| **CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS/CONTRIBUIÇÕES A RECEBER** | 2.053.032,03 | 34,08 | 2.405.507,01 | 41,88 | -352.474,98 | -14,65 | Alto | Relativo |
| Anuidades do Exercício Pessoa Física | 87.029,71 | 1,44 | 2.056.001,83 | 35,79 | -1.968.972,12 | -95,77 | Baixo | Alto |
| Anuidades do Exercício Pessoa Jurídica | 226.669,79 | 3,76 | 185.019,06 | 3,22 | 41.650,73 | 22,51 | Baixo | Alto |
| Anuidades de Exercícios Anteriores Pessoa Física | 1.493.694,74 | 24,80 | -53.886,55 | -0,94 | 1.547.581,29 | -2.871,92 | Alto | Alto |
| Fundo de Seções | 65.353,67 | 1,08 | 69.774,98 | 1,21 | -4.421,31 | -6,34 | Baixo | Baixo |
| CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER | 34.492,03 | 0,57 | -1.223,20 | -0,02 | 35.715,23 | -2.919,82 | Baixo | Alto |
| Anuidades de Exercícios Anteriores Pessoa Jurídica | 145.792,09 | 2,42 | 149.820,89 | 2,61 | -4.028,80 | -2,69 | Baixo | Baixo |
| (-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO | -736.377,84 | -12,22 | -772.944,65 | -13,46 | 36.566,81 | -4,73 | Relativo | Baixo |
| **DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO** | 45.545,02 | 0,76 | 45.945,02 | 0,80 | -400,00 | -0,87 | Baixo | Baixo |
| **ESTOQUES** | 56.239,11 | 0,93 | 38.255,63 | 0,67 | 17.983,48 | 47,01 | Baixo | Alto |

Considerando os atributos advindos da matriz de risco ponderada, as contas que integram o referido grupo foram objeto de exame por amostragem diretamente proporcional ao grau de risco atribuído.

### 3.1.1. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O grupo congrega as contas representativas de meio circulantes em forma pecuniária, dentre as quais destacamos as Aplicações Financeiras, cujo saldo responde individualmente por aproximadamente **92,2%** do total do disponível da Autarquia, sendo, portanto, a rubrica mais significativa do disponível e de resto do Balanço Patrimonial como um todo.

- ✓ **Controles Internos**

  As contas de depósitos ou de aplicações são mantidas junto a instituições financeiras, são conciliadas mensalmente mediante o cotejamento do extrato bancário em contraposição ao razão contábil, de modo que as eventuais discrepâncias entre os saldos, decorrentes das flutuações normais do lapso temporal entre os de recebimentos, avisos de débitos ou créditos efetuados pelo banco e ainda não recebidos pela contabilidade, são apontadas e controladas em formulários/planilhas contendo o detalhamento das diferenças apuradas em cada conta, de modo a propiciar o acompanhamento das pendências até sua liquidação.

  As "Aplicações de Liquidez Imediata" são representadas por fundos extramercado, referenciados na taxa DI (depósito interfinanceiro), notadamente de baixo risco e com liquidez diária (aplicados conforme Resolução nº 4.034/2011 do BACEN), registrado pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

O estudo e avaliação que efetuamos na movimentação dos bancos, ficou adstrito aos controles internos na área contábil e na validação de 100% dos referidos saldos. Dentre os principais procedimentos aplicados, destaca-se o exame da conciliação mensal em contraposição à movimentação ocorrida por meio dos extratos bancários em cotejados com ao razão contábil.

Além do estudo e avaliação efetuados na movimentação dos bancos, solicitamos confirmação dos saldos através de Carta Circularização às instituições financeiras custodiantes de ativos da autarquia.

✓ **Constatações**

O exame efetuado nas conciliações revelou que todas as contas bancárias estão sendo conciliadas mensalmente e que os saldos registrados nas Demonstrações Contábeis são devidamente comprovados por extratos bancários oficiais.

✓ **Opinião**

Os controles existentes nos pareceram suficientes para salvaguardar os ativos focados em cada procedimento, de modo que estão gravados adequadamente e com exatidão nas demonstrações contábeis.

### 3.1.2 Créditos a Receber em Curto e Longo Prazo

Referido grupo revela-se importantíssimo do ponto de vista operacional porque registra importantes operações vinculadas às "Contribuições a Receber" e "Anuidades a Receber – Pessoa Jurídica e Pessoa Física", principal fonte de receita da Autarquia.

| ATIVO | SALDOS | | | | Variação 2021x2020 | | RISCO DE EXPOSIÇÃO | RISCO DE VARIAÇÃO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Especificação | Exercício Atual (R$) | A/V (%) | Exercício Anterior (R$) | A/V (%) | R$ | A/H (%) | < A/V > | < A/H > |
| CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS/CONTRIBUIÇÕES A RECEBER | 2.053.032,03 | 34,08 | 2.405.507,01 | 41,88 | -352.474,98 | -14,65 | Alto | Relativo |
| Anuidades do Exercício Pessoa Física | 87.029,71 | 1,44 | 2.056.001,83 | 35,79 | -1.968.972,12 | -95,77 | Baixo | Alto |
| Anuidades do Exercício Pessoa Jurídica | 226.669,79 | 3,76 | 185.019,06 | 3,22 | 41.650,73 | 22,51 | Baixo | Alto |
| Anuidades de Exercícios Anteriores Pessoa Física | 1.493.694,74 | 24,80 | -53.886,55 | -0,94 | 1.547.581,29 | -2.871,92 | Alto | Alto |
| Fundo de Seções | 65.353,67 | 1,08 | 69.774,98 | 1,21 | -4.421,31 | -6,34 | Baixo | Baixo |
| CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER | 34.492,03 | 0,57 | -1.223,20 | -0,02 | 35.715,23 | -2.919,82 | Baixo | Alto |
| Anuidades de Exercícios Anteriores Pessoa Jurídica | 145.792,09 | 2,42 | 149.820,89 | 2,61 | -4.028,80 | -2,69 | Baixo | Baixo |
| (-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO | -736.377,84 | -12,22 | -772.944,65 | -13,46 | 36.566,81 | -4,73 | Relativo | Baixo |

✓ **Constatação**

Não obtivemos documentações que pudesse validar os saldos de "Créditos a Receber" do exercício de 2021.

✓ **Opinião**

É importante observar que as transações registradas nas contas de Créditos a Receber dos exercícios do nosso escopo são os principais pontos de convergências entre as informações orçamentárias, financeiras e patrimoniais e que estão diretamente relacionadas à atividade fim do Conselho.

Ressalta-se ainda a importância em se desenvolver metodologia para corrigir os valores registrados nas contas a receber por meio da constituição de Perdas Estimadas para o recebimento desses valores. O desenvolvimento de uma metodologia robusta está relacionado diretamente à confiabilidade das informações.

Como melhores práticas, sugerimos que sejam formalizados normas e manuais de procedimentos de cobrança de inadimplentes, detalhando os procedimentos administrativos para inscrição em dívida ativa, protesto de títulos, inscrição no Cadin e, se for o caso, nos bancos de dados e cadastros de consumidores (serviços de proteção ao crédito) mantidos por entidades privadas, o Regional já adota alguns dos procedimentos acima descritos, porém, verificamos em diversas auditorias anteriores que os métodos mais eficazes de cobrança são protesto de títulos e inscrição em banco de dados (ex.: SERASA).

Inobstante as oportunidades de melhorias apresentadas, os controles internos aderentes aos saldos mantidos no Contas a Receber não nos pareceram suficientes para salvaguardar tais ativos, existindo a necessidade de adequações referentes a classificação entre curto e longo prazo dos créditos tributários.

### 3.1.4 ESTOQUE

Considerando os atributos advindos da matriz de risco ponderada, as contas que integram o referido grupo não foram objeto de exame por amostragem diretamente proporcional ao grau de risco atribuído. Trata-se de materiais destinados a consumo interno, material de expediente, material elétrico, material de proteção e segurança, dentre outros. Os materiais não são inventariados ao final do exercício.

## 3.2 ATIVO NÃO CIRCULANTE

Referido grupo congrega as contas cuja realização é de lenta conversão, ou que registram bens destinados à operacionalização e consecução de seus objetivos. Aludido grupo surgiu com o advento da Lei 11.638/07 e MP 499 já convertida na Lei 10.842/09. Precitado grupo representa **30,85%** da exposição ativa, apresentando uma diminuição de **R$ 112.438,12** equivalentes a uma variação percentual negativa de **5,70%** em relação ao exercício anterior, recebendo atributo de risco alto na "matriz de risco" que elaboramos no planejamento da auditoria. Apresentamos adiante a composição do saldo:

| ATIVO | SALDOS | | | | Variação 2021x2020 | | RISCO DE EXPOSIÇÃO | RISCO DE VARIAÇÃO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Especificação | Exercício Atual (R$) | A/V (%) | Exercício Anterior (R$) | A/V (%) | R$ | A/H (%) | < A/V > | < A/H > |
| **ATIVO NÃO CIRCULANTE** | 1.858.464,77 | 30,85 | 1.970.902,90 | 34,31 | -112.438,13 | -5,70 | Alto | Baixo |
| **ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO** | 448.586,89 | 7,45 | 805.088,46 | 14,02 | -356.501,57 | -44,28 | Baixo | Alto |
| **CRÉDITOS A LONGO PRAZO** | 402.804,15 | 6,69 | 759.305,72 | 13,22 | -356.501,57 | -46,95 | Baixo | Alto |
| DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA | 1.857.036,06 | 30,83 | 1.639.787,48 | 28,55 | 217.248,58 | 13,25 | Alto | Relativo |
| (-) PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO | -1.454.231,91 | -24,14 | -880.481,76 | -15,33 | -573.750,15 | 65,16 | Alto | Alto |
| **DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO** | 45.782,74 | 0,76 | 45.782,74 | 0,80 | 0,00 | 0,00 | Baixo | Nula |
| **IMOBILIZADO** | 1.409.877,88 | 23,40 | 1.165.814,44 | 20,30 | 244.063,44 | 20,94 | Alto | Alto |
| BENS MÓVEIS | 434.495,49 | 7,21 | 361.818,39 | 6,30 | 72.677,10 | 20,09 | Baixo | Alto |
| BENS IMÓVEIS | 1.004.015,71 | 16,67 | 817.869,20 | 14,24 | 186.146,51 | 22,76 | Relativo | Alto |
| (-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS | -28.633,32 | -0,48 | -13.873,15 | -0,24 | -14.760,17 | 106,39 | Baixo | Alto |

### 3.2.1 ATIVO IMOBILIZADO

O ativo imobilizado representa **23,40%** do saldo total do ativo recebendo atributo de risco alto sob o ponto de vista de exposição ativa, e responde por um acréscimo de **20,94%** das transações que compõem a variação positiva de **R$ 244.063,44** constatada no exercício sob exame, portanto apresentando risco alto do ponto de vista de volume quantitativo e qualitativo.

| ATIVO | SALDOS | | | | Variação 2021x2020 | | RISCO DE EXPOSIÇÃO | RISCO DE VARIAÇÃO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Especificação | Exercício Atual (R$) | A/V (%) | Exercício Anterior (R$) | A/V (%) | R$ | A/H (%) | < A/V > | < A/H > |
| **ATIVO NÃO CIRCULANTE** | 1.858.464,77 | 30,85 | 1.970.902,90 | 34,31 | -112.438,13 | -5,70 | Alto | Baixo |
| **IMOBILIZADO** | 1.409.877,88 | 23,40 | 1.165.814,44 | 20,30 | 244.063,44 | 20,94 | Alto | Alto |
| BENS MÓVEIS | 434.495,49 | 7,21 | 361.818,39 | 6,30 | 72.677,10 | 20,09 | Baixo | Alto |
| BENS IMÓVEIS | 1.004.015,71 | 16,67 | 817.869,20 | 14,24 | 186.146,51 | 22,76 | Relativo | Alto |
| (-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS | -28.633,32 | -0,48 | -13.873,15 | -0,24 | -14.760,17 | 106,39 | Baixo | Alto |

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Para validar os valores constantes em Demonstrações Contábeis, selecionamos pelo razão contábil alguns lançamentos consignados a débito e a crédito do saldo do grupo, atentando para apropriação das aquisições, no que tange a integridade e posse dos bens, a fidelidade da documentação, a titularidade e propriedade dos bens móveis, bem como atributos necessários ao tombamento, e tratamento contábil da depreciação em relação ao controle patrimonial existente e sua conciliação com a contabilidade, mediante procedimentos mínimos específicos para atender as Evidências de Auditoria.

✓ **Constatações**

O CRP 10ª Região mantém controle patrimonial limitado sobre o seu acervo. Há pouca informação sobre os bens incorporados anteriores ao exercício de 2018. O que levava o Regional a ignorar as variações patrimoniais relacionadas ao Imobilizado, sob o pretexto de que em um momento oportuno será contratada empresa especializada para executar a reavaliação dos bens patrimoniais da instituição.

✓ **Opinião**

Recomenda-se envidar esforços para registrar as depreciações com base no estudo para reavaliação da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado para definição das bases de cálculo e das taxas de depreciações, conforme estabelecido através da Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC TG 27 (R1) – Ativo Imobilizado, de que trata a CPC 27.

## 4. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS PASSIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETOS AS MESMAS

### 4.1. PASSIVO CIRCULANTE

O passivo circulante representa **2,84%** do saldo total do passivo recebendo atributo de baixo risco sob o ponto de vista de exposição patrimonial passiva, apresentando uma variação positiva de **R$ 61.078,55**, equivalentes a um aumento de **55,5%** em relação ao exercício anterior comparado a este

sob exame, portanto apresentando baixo risco do ponto de vista de volume quantitativo e e alto risco do ponto qualitativo transacionado. Referido grupo do passivo, congrega as seguintes contas:

| PASSIVO | SALDOS | | | | Variação 2021x2020 | | RISCO DE EXPOSIÇÃO | RISCO DE VARIAÇÃO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Especificação | Exercício Atual (R$) | A/V (%) | Exercício Anterior (R$) | A/V (%) | R$ | A/H (%) | < A/V > | < A/H > |
| **PASSIVO CIRCULANTE** | 171.129,81 | 2,84 | 110.051,26 | 1,92 | 61.078,55 | 55,50 | Baixo | Alto |
| OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO | 25.634,34 | 0,43 | 35.738,94 | 0,62 | -10.104,60 | -28,27 | Baixo | Alto |
| EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO | 1.208,15 | 0,02 | 1.608,15 | 0,03 | -400,00 | -24,87 | Baixo | Alto |
| FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO | 17.540,72 | 0,29 | 22.367,71 | 0,39 | -4.826,99 | -21,58 | Baixo | Alto |
| OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO | 30.920,44 | 0,51 | 25.189,06 | 0,44 | 5.731,38 | 22,75 | Baixo | Alto |
| OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES | 26.929,15 | 0,45 | 383,75 | 0,01 | 26.545,40 | 6.917,37 | Baixo | Alto |
| DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO | 68.897,01 | 1,14 | 24.763,65 | 0,43 | 44.133,36 | 178,22 | Baixo | Alto |

### 4.1.1 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS A PAGAR

Representa as obrigações com Encargos Sociais (INSS, FGTS) do CRP/PA.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Obtivemos Resumo de Proventos e Descontos, emitido do Sistema de Gestão de Recursos Humanos, aplicamos testes de auditoria nos cálculos dos encargos e contribuições sobre a folha de pagamento, obtivemos também planilha elaborada pelo RH, solicitamos as Guias de Previdência Social – GPS e as Guias de Recolhimento do FGTS – GRF.

✓ **Constatações**

Constatamos que o INSS e o FGTS vêm sendo calculado corretamente, e seus recolhimentos vêm sendo efetuados até a data de vencimento, não gerando juros e multa. Verificamos que o processo de pagamento está de acordo com as normas, devidamente autorizado e assinado.

✓ **Opinião**

Após aplicarmos os testes chegamos à conclusão de que o INSS e o FGTS estão sendo apurados corretamente e que os controles internos aderentes aos saldos mantidos nesta rubrica nos pareceram suficientes.

### 4.1.2 PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Encaminhamos Carta de Circularização solicitando Relatório do Departamento Jurídico, firmado por advogado constando número de registro na OAB acompanhado com respectiva certidão de regularidade profissional, contendo discriminação das demandas judiciais nas quais figure o CRP/CFP conforme o caso como Autora ou Ré, informando, Data, N° do Processo, Parte Litigante, Motivo, Valor da Causa, Valor de Provável Acordo, e Parecer acerca das expectativas da sentença, classificando em Provável, Possível e ou Remota probabilidade de desfecho desfavorável para o contratante conforme NBC-TG-25.

✓ **Constatações**

De acordo com norma NBC-TG-25, foi realizada a classificação das Ações de Execução Fiscal de acordo com a etapa do processo, em possível com possibilidade desfecho em 12 meses, provável com desfecho em até 24 meses e remota sem prazo para conclusão.

No exercício sob análise, foram protocolados 4 processos, totalizando R$ 9.815,77, dos quais apenas 2, no valor de R$ 4.988,12, foi classificado como possível, o que, segundo a NBC TG 25, ensejaria menção nas Notas explicativas.

✓ **Opinião**

Somos de opinião de que os procedimentos atualmente adotados pelo Regional não estão de acordo com as melhores práticas contábeis atualmente aceitas, já que não reconhece a provisão relacionada a esses prováveis desembolsos futuros. Por esse motivo, recomendamos que o Regional passe a adotar os critérios estabelecidos nos normativos já citados para melhor realizar os reconhecimentos de seus Passivos Contingentes.

Entretanto, as distorções geradas são irrelevantes para o todo das demonstrações contábeis não sendo motivo para que modifiquemos nossa opinião em razão desses assuntos. O que não exime a administração de implementar o devido tratamento contábil para tais informações.

### 4.1.3 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido representa **97,16%** do saldo total da parcela não exigível que resulta da equação patrimonial (ativo menos passivo), e, variou positivamente em **3,88%** em relação ao exercício anterior.

| PASSIVO | SALDOS | | | | Variação 2021x2020 | | RISCO DE EXPOSIÇÃO | RISCO DE VARIAÇÃO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Especificação | Exercício Atual (R$) | A/V (%) | Exercício Anterior (R$) | A/V (%) | R$ | A/H (%) | < A/V > | < A/H > |
| RESULTADOS ACUMULADOS | 5.852.744,67 | 97,16 | 5.634.284,01 | 98,08 | 218.460,66 | 3,88 | Alto | Baixo |
| Superávits ou Déficits do Exercício | 432.091,83 | 7,17 | 1.592.980,29 | 27,73 | -1.160.888,46 | -72,88 | Baixo | Alto |
| SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 5.420.652,84 | 89,99 | 4.041.303,72 | 70,35 | 1.379.349,12 | 34,13 | Alto | Alto |
| TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 5.852.744,67 | 97,16 | 5.634.284,01 | 98,08 | 218.460,66 | 3,88 | Alto | Baixo |

✓ **Opinião**

O controle interno em uso nos pareceu suficiente, já que a movimentação da conta é consubstanciada por poucas operações/lançamentos, não havendo dificuldades que justifique uma ferramenta de trabalho mais complexa.

Verificamos movimentos na Conta Ajustes de Exercícios Anteriores (lançamentos na conta de SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES), o que enseja a obrigatoriedade de constituição de Nota Explicativa específica sobre o assunto, conforme preconiza o MCASP, entretanto, os motivos que ensejaram os ajustes registrados não foram consignados nas Notas divulgadas.

## 5. SUPRIMENTOS DE FUNDOS E DESPESAS GERAIS DE DESLOCAMENTOS

Procedemos ao minudente exame das prestações de contas dos Suprimentos concedidos, atentando para a observância da legalidade pertinentes à contabilização, apresentação e discriminação, observando os principais dispositivos inerentes aos aspectos de nossa alçada.

De uma forma geral, não identificamos inconsistências que representam riscos significativos ao Conselho. Como sugestão de Boas Práticas a serem adotadas pela Autarquia, recomenda-se a capacitação do Pessoal envolvido com o processo de Suprimento de Fundos através de instruções, inclusive aos Agentes Supridos.

A Controladoria Geral da União disponibiliza em seu endereço eletrônico uma Cartilha com Perguntas e Respostas sobre Suprimento de Fundos e Cartão de Pagamento, que de forma bem didática esclarece dúvidas corriqueiras em relação ao assunto.

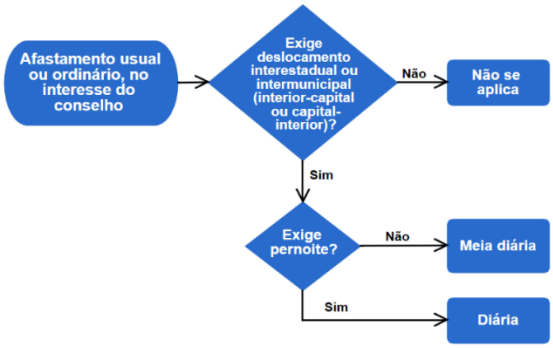
## 6. DIÁRIAS E JETONS

Diante da relevância do valor das despesas na rubrica "Diárias/Jetons – Conselheiros/Convidados", avaliamos se o pagamento de Diárias, Jetons e Auxílio Representação estão de acordo com o Normativo emitido pelo Regional.

Esquematizamos, de forma resumida, a regra para concessão de cada rubrica.

**Diárias**

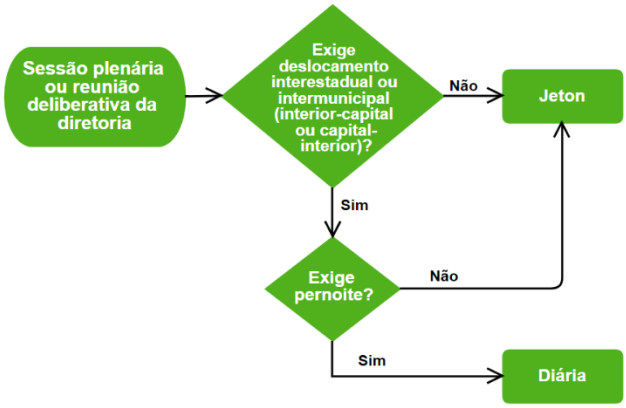
O servidor que, a serviço, afastar-se da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus a passagens e diárias destinadas a indenizar as parcelas de despesas extraordinária com pousada, alimentação e locomoção urbana, conforme dispuser em regulamento. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)




**Jetons**

O pagamento de jeton deve se restringir às hipóteses de comparecimento a sessões de plenário e a reuniões de diretoria com caráter deliberativo (Acórdão 549/2011-TCU-2ª

Câmara), razão pela qual é devido somente aos conselheiros, nas ocasiões em que não forem devidas diárias, conforme segue:




✓ **Opinião**

Constatamos que o Regional realiza, através da atuação da Comissão de Tomadas de Contas, do Encarregado do Setor Financeiro e do Assistencte Contábil, o controle sobre a concessão de valores de ajudas de custos e diárias.

Analisamos as despesas com diárias e jetons dos diretores do conselho, as análises foram efetuadas de acordo com o normativo interno e a legislação em vigor que trata do assunto. Os contorles internos nos pareceram suficientes para atender a necessidade de comprovação dos gastos analisados.

## 7. DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Cumprindo nosso programa de trabalho, efetuamos o prévio estudo e avaliação nos controles internos utilizados neste setor, e com base nos resultados alcançados, pudemos estabelecer os procedimentos de auditoria cabíveis nas circunstâncias, bem como da ocasião mais propícia, aplicando-os na extensão e profundidade necessárias, por amostragem nas folhas de pagamentos e guias de recolhimento de INSS, FGTS e PIS/PASEP dos meses de fevereiro, julho, setembro e dezembro. Examinamos a forma de admissão e demissão de pessoal.

- Verificamos como o pagamento do pessoal é realizado;
- Auditamos a última folha de pagamento realizada efetuando testes de soma, diminuição dos descontos, cálculos do INSS, Imposto de Renda Retido na Fonte e outros julgados procedentes;
- Analisamos as férias pagas;
- Constatamos que o Regional enviou a Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte;
- Todos os funcionários passam pelo exame admissional e para um funcionário iniciar a trabalhar é necessário estar com toda documentação completa;
- PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;

- PPRA- Programa de Prevenção de Risco Ambientais;

✓ **Integridade/Segurança**
A metodologia aplicada nos pareceu preencher todos os requisitos de integridade, segurança e tempestividade adequadas à função e funcionamento dos processos e procedimentos do Setor de Recursos Humanos e do reflexo nas contas aglutinadas nos grupos contábeis sob exame.

✓ **Opinião**
O controle interno em uso nos pareceu suficiente para atender a necessidade do Regional, já que a movimentação do Departamento de Recursos Humanos é consubstanciada por situações típicas do segmento, não havendo dificuldades que justifique uma ferramenta de trabalho mais complexa.

## 8. LICITAÇÕES

**Análises, Procedimentos Específicos de Auditoria.**

Visando avaliar o cumprimento da Lei 8.666/93 e demais dispositivos legais pertinentes aos procedimentos administrativos envolvendo contratação de serviços e compras diversas, solicitamos a relação dos processos licitatórios havidos, para com base em critérios estabelecidos no Planejamento de Auditoria, estratificamos aqueles que foram objetos de apontamentos, em proporções que passamos a demonstrar.

✓ **Base Legal Utilizada:**

1. Compor as comissões permanentes de licitação, conforme disposto no art. 51, caput, da Lei no 8.666/1993**;**
2. Constem as assinaturas devidas, em atendimento ao disposto art. 43, § 1o, in fine, da Lei no 8.666/1993;
3. Emissão de nota de empenho Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2001;
4. Acompanhar e fiscalizar o contrato, consoante o disposto no art. 67 da Lei no 8.666/1993;
5. Observe o correto sequenciamento das peças dos autos de processos licitatórios e a devida numeração sequencial das folhas, nos termos dos arts. 4o, parágrafo único, 38, caput e seus incisos, e 60, caput, da Lei no 8.666/1993, **Acórdão TCU 1257/2004 Plenário;**
6. Comprovante das publicações do edital resumido, na forma do art. 21 Lei 8.666;
7. O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica na responsabilidade subsidiaria do tomador dos serviços artigo 71 da Lei no 8.666/1993;
8. Avaliação das propostas comerciais e das respectivas planilhas de composição do preço apresentadas pelas licitantes, a fim de evitar incorreta inclusão de custos e a consequente realização de pagamentos indevidos, em atenção ao art. 7o, § 2o, inciso II, da Lei no 8.666/1993;

**9.** A redução ou ampliação de quantidades está sujeita aos limites do art. 65, § 1º. A alteração da qualidade não poderá alterar substancialmente o objeto licitado;

**10.** Inexecução e rescisão do contrato, bem como das sanções em caso de inadimplemento, conforme estabelecem os arts. 54, §1o e 55 da Lei no 8.666/93;

✓ **Opinião**

Como resultado de nossas verificações e análises consideramos os procedimentos básicos utilizados pelo Regional, no que diz respeito aos processos licitatórios, em acordo com a legislação vigente. A metodologia aplicada pelo setor nos pareceu preencher todos os requisitos de integridade, segurança e tempestividade adequadas à função e funcionamento para registro das atividades desenvolvidas no exercício sob exame.

## 9. OUTROS ASSUNTOS

Verificamos a execução do planejamento de ações e metas, no intuito de verificar se a execução financeira foi correspondente ao planejamento anual, atentando para possíveis alterações do planejamento e se estavam de acordo com a Proposta Orçamentária.

Verificação dos relatórios de acompanhamento das ações planejadas, feitos pela diretoria e coordenadores de comissões dos Conselhos, de forma quantitativa e qualitativas da gestão.

✓ **Opinião**

Como resultado de nossas verificações e análises consideramos os procedimentos básicos utilizados pelo Regional, no que diz respeito as ações e metas, em acordo com o planejado. A metodologia aplicada nos pareceu preencher todos os requisitos de integridade, segurança e tempestividade adequadas à função e funcionamento para registro das atividades desenvolvidas.

## 10. CONCLUSÃO

O presente relatório composto de 20 (vinte) páginas escritas apenas no anverso destina-se exclusivamente à finalidade definida no primeiro parágrafo do mesmo e a informar à Administração do **Conselho Regional de Psicologia – CRP**, acerca dos resultados alcançados no trabalho de estudo e avaliação dos controles internos e dos detalhes inerentes ao trabalho efetuado, não devendo ser utilizado para nenhum outro fim, e tampouco distribuído a terceiros, sendo apresentado os pontos de fragilidades detectados como resultado dos procedimentos de auditoria aplicados descritos no item 1.6 do presente relatório, em cumprimento ao Termo de Referência, anexo I ao Edital.

Belém/PA, 24 de outubro de 2023.

**AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S**
CRC/PE 000150/O

**Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira**
Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S"PA
Sócio Sênior

**Phillipe de Aquino Pereira**
Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S"PA

**Thomaz de Aquino Pereira**
Contador – CRC/PE 021100/O-8 "S"PA

# AUDIMEC

## AUDITORES INDEPENDENTES


*AV. GOV. AGAMENON MAGALHÃES, 2615 - 15° ANDAR*

*RECIFE - PE*

*CEP 50.050.290*

*(81) 3338.3525*

*www.audimec.com.br*